

A política econômica da reeleição

Rogério L. Furquim Werneck*

A política econômica de 2013 estará pautada pela corrida contra o tempo em que agora está empenhada a presidente, tendo em conta que, em 15 meses, se verá na cabeceira da pista da reeleição. Dilma Rousseff sabe que, como o desempenho da economia na primeira metade do mandato foi altamente decepcionante, seu grande desafio é conseguir mostrar, em tempo hábil, melhora substancial desse desempenho. Para poder visualizar o fio condutor da política econômica em 2013, é preciso entender com clareza o cálculo político envolvido nesse desafio.

Dilma Rousseff sabe que a reeleição depende de avaliações favoráveis de sua performance em dois foros distintos. A avaliação mais óbvia, claro, é a que deverá ser feita pelo eleitorado em outubro de 2014. Mas, bem antes disso, a presidente terá de obter avaliação favorável dentro do próprio PT e junto à base aliada. O desempenho da economia nos últimos dois anos disseminou desalento com o projeto da reeleição. Certos segmentos do PT, e da própria base aliada, já não escondem sua preocupação com os riscos que poderiam estar envolvidos na tentativa de reeleger a presidente.

Sobram evidências de que boa parte do senso de urgência que se observa no governo, quanto à melhora de desempenho da economia, decorre da necessidade de convencer o PT de que a reeleição é um projeto menos arriscado do que agora pode parecer. Analistas políticos sugeriram que o tom de comício que marcou o pronunciamento oficial da presidente, para anunciar a redução de tarifas de energia elétrica, teria sido mais voltado para o público interno do PT do que para o País como um todo. Chegou até a ser noticiado (*Valor*, 24/1), que a presidente se viu obrigada a esclarecer a um interlocutor no Planalto que “meu mandato é de oito anos”.

No pronunciamento oficial, Dilma Rousseff afirmou em tom de desafio que é “a presidente que corta juros, reduz tarifa e protege as pessoas”. O que ainda lhe falta é poder alardear também que é a presidente que faz o País crescer. Sem isso, vai ser difícil convencer o PT de que a reeleição é a solução natural. Perceber que esse é o grande desafio que a presidente tem pela frente é a chave para entender o que deverá nortear a condução da política econômica de 2013.

De acordo com a Pesquisa Focus do Banco Central, a expectativa hoje dominante é a de que a taxa de crescimento do PIB em 2013 seja de 3,1%, que, à primeira vista, parece bastante razoável. Mas o que talvez não esteja sendo devidamente percebido é que uma expansão da economia da ordem de 3% neste ano parece muito aquém do que

Dilma Roussef precisa mostrar para convencer o PT de que não vai precisar de um plano B para 2014. E mais alguém ainda do que seria necessário para dissuadir a fragmentação da base aliada e permitir à presidente disputar a reeleição com tranquilidade. É improvável que uma expansão de 3% possa vir a ser apresentada como evidência convincente de quebra do regime de crescimento entravado de 2011-12. Com esse desempenho em 2013, a taxa anual média de crescimento do PIB no primeiro triênio do mandato será de apenas 2,2%.

Essa constatação leva a uma conclusão inescapável. Tudo indica que o Planalto terá grande resistência a trabalhar com uma meta de crescimento do PIB da ordem de 3% em 2013. Tendo em conta o cálculo político que deverá pautar a condução da política econômica nos próximos meses, o governo estará fortemente tentado a apostar todas suas fichas na tentativa de assegurar uma taxa de crescimento do PIB bem mais alta em 2013.

Não obstante todas as advertências – agora, até mesmo do Banco Central – de que, dadas as restrições do lado da oferta, tal aposta poderá ter consequências funestas, tudo indica que o governo está pronto para partir para tudo ou nada, numa grande escalada de estímulo à demanda. No balanço dos riscos envolvidos, a presidente, na situação difícil em que se encontra, tem razões para se deixar convencer de que os benefícios esperados da aposta superam os custos por larga margem.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.